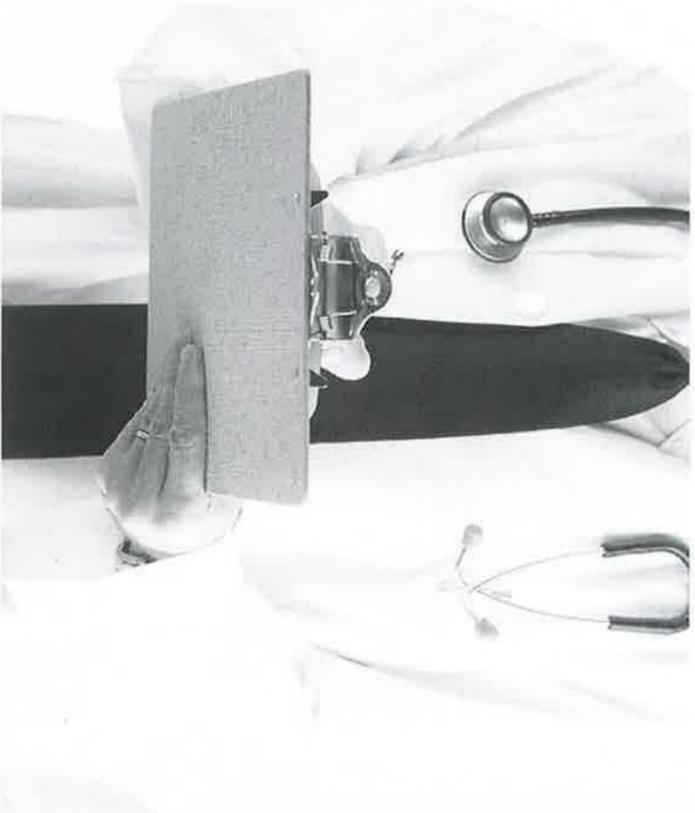


CÔNSUL DA HOLANDA NA UIM. O cônsul da Holanda em Hong Kong, Robert Schuddeboom, dá uma palestra amanhã, pelas 18:30, na Universidade de Macau subordinada ao tema "A orientação internacional da Holanda e a importância da União Europeia". O seminário está inserido na cátedra Jean Monnet.

INDICA RELATÓRIO DO COMISSARIADO DE AUDITORIA

Formação de internos com diagnóstico crítico

Número de médicos em internato, tanto geral como complementar, baixou drasticamente em 11 anos, conclui o relatório do Comissariado de Auditoria. É ainda criticada a falta de planeamento dos Serviços de Saúde a longo prazo, a nível dos recursos humanos, nomeadamente quanto ao número de médicos que Macau precisa



É um diagnóstico crítico aos Serviços de Saúde de Macau (SSM) que o mais recente relatório de auditoria de resultados descreve quanto ao recrutamento e formação de médicos internos. Para além da constatação de que, desde 2000, há menos médicos formados, tanto nos cursos de internato geral, como nos de internato complementar, é apontada a falta de "um plano de longo prazo" e de "estimativas precisas de médicos necessários". É também criticada a "falta de programas de formação", de uma "supervisão diligente" e da apresentação nos "prazos devidos" das classificações e relatórios dos internos.

São 11 anos analisados ao pormenor, pelo Comissariado de Auditoria (CA). A primeira constatação feita é a de que o número de médicos internos entre 2000 e 2010 baixou drasticamente, em comparação com os dez anos anteriores, de administração portuguesa. Se entre 1989 e 1999 foram feitos nove cursos de internato geral (cada programa de formação dura 18 meses) que levaram à formação de 202 médicos (cerca de 20 por ano), entre 2000 e 2010 foram iniciados quatro cursos que levaram à formação de 79 internos (uma média de oito por ano). Fazendo as contas, numa década formaram-se menos 123 médicos.

De igual modo, nos cursos de internato complementar (cuja formação é feita num período entre três e cinco anos), tendo em conta o mesmo período de análise, registou-se uma diminuição de 113 médicos formados (enquanto entre 1989 e 1999 se formaram 153 internos, entre 2000 e 2010 formaram-se 40).

Para esta diminuição também terá contribuído a interrupção, durante três anos, dos cursos de internato geral (depois de 2006), e durante quatro anos dos cursos de internato complementar (depois de 2005), "o que deu origem a um número insuficiente de candidatos com os requisitos exigidos para a carreira médica nos Serviços de Saúde", segundo o relatório ontem publicado. **SÉM ESTIMATIVAS DE MÉDICOS NECESSÁRIOS.** Uma das falhas também apontadas prende-se com a falta de estimativas precisas, dos Serviços de Saúde, que façam as contas aos médicos necessários à RAEM, ou seja, "não há um plano de longo prazo para gestão dos recursos humanos". É dado um exemplo concreto. "Para as necessidades das novas instalações e dos serviços acrescidos, os estudos re-

alizados foram apenas suficientes para estimar o número de camas, deixando de fora elementos para apurar o número necessário de médicos".

Os Serviços previram, posteriormente, que para assegurar o funcionamento do hospital das Ilhas, a ser construído, e dos novos centros de saúde, seriam precisos 250 médicos. Mas "ficou-se por saber se esse número englobava ou não médicos internos, qual a proporção entre médicos gerais e médicos das diversas especialidades", entre outros pormenores.

O CA verificou ainda que aos SSM faltam programas de formação para o internato complementar e, por outro lado, existem "programas muito desactualizados". É dado o exemplo de um serviço que não dispõe de nenhum programa de formação e de dez serviços que aplicam programas sem actualização há mais de dez anos.

O relatório de auditoria revela ainda que a supervisão dos Serviços de Saúde sobre as actividades formativas dos internatos médicos "tem sido pouco diligente". Dos nove cursos de internato (quatro geral e cinco complementar) nos últimos onze anos, apenas os programas de formação elaborados em 2010 foram, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 8/99/M ("Regime legal dos internatos médicos"), aprovados pelo director dos Serviços de Saúde. Todos os elaborados em anos anteriores estão por aprovar.

Por outro lado, os atrasos na entrega das classificações e dos relatórios de actividades só revelam que os SSM "não dão a devida importância aos prazos de entrega, com grave prejuízo para a unidade gestora dos internatos, pois deixa de poder acompanhar a formação dos internos em tempo oportuno".

É especificado que nos últimos 11 anos, 84 por cento das classificações dos internatos gerais não foram entregues nos oito dias seguintes ao termo dos estágios e 57,43 por cento dos relatórios de actividades dos internatos complementares não foram apresentados nos 30 dias seguintes ao termo dos estágios, como a legislação exige.

E para os internatos complementares, realizados pelos SSM entre 1999 e 2010, 15 dos 27 serviços participantes (mais de 50 por cento) apresentaram programas de formação "que não eram mais do que um calendário das actividades formativas, faltando as matérias previstas no decreto-lei regulamentar, nomeadamente, métodos de diagnóstico e terapêutica e métodos de avaliação, que são conteúdos cruciais para a avaliação da formação ministrada".

AS RECOMENDAÇÕES E AS RESPOSTAS. Do relatório do CA saem sete recomendações aos SSM, das quais se destaca que os serviços "devem planear as necessidades de pessoal médico em termos globais e a longo prazo, pois só assim conseguem assegurar o desenvolvimento sustentado dos serviços de saúde na RAEM". É também referido que os cursos de internato médico devem ser realizados de forma continuada e ordenada, evitando, qualquer interrupção na oferta de médicos, e a regulamentação legal deve ser aperfeiçoada o quanto antes. Por outro lado, os procedimentos para o recrutamento de internos devem ser tratados com rapidez e cuidado e os programas de formação devem ser revistos.

Na resposta ao CA, relativamente à diminuição dos cursos de internato, os SSM esgrimem vários argumentos. Referem que "a conjuntura económica menos favorável logo a seguir à transferência da

Administração, associada ao impacto do surto do SARS (síndrome respiratória aguda) fez reduzir os orçamentos anuais o que, por sua vez, fez reduzir o número de concursos de internato médico". Asseguram ainda que "ficou constituída uma reserva significativa de médicos internos". Por outro lado, afirmou-se que os cursos teriam de ser integrados num "regime legal dos internatos médicos" revisito. No entanto, apesar dos SSM terem proposto a revisão "já em 2002", passaram nove anos "o processo continua sem fim à vista".

Ao mesmo tempo, é referido que "em 2000, o número de médicos dos Serviços de Saúde chegou já a uma situação de saturação em relação às necessidades sociais de então [uma vez que havia] médicos internos com formação concluída sem colocação". Desto modo, segundo os SSM, passou-se a depender as acções de formação das necessidades de pessoal a nível interno. É ainda defendido pelos serviços que "desde que se assegure o início dos internatos em 2017, a vaga das aposentações [previstas] em 2025 será contida sem problemas".

Os SSM dizem ainda que em 2006 foi lançado um concurso para admitir 11 médicos internos, para um internato complementar. Mas diz o relatório do CA que o processo "foi anulado duas vezes seguidas devido a reclamações sobre erros de procedimento", o que causou "um atraso de quatro anos ao processo de admissão de estagiários no internato complementar em claro prejuízo da renovação dos médicos internos".

Segundo dados fornecidos pelos SSM, havia 399 médicos ao serviço, em finais de 2010, dos quais 107 eram médicos gerais, 204 médicos especialistas, 52 médicos recrutados no exterior e 36 médicos internos (23 em internato geral e 13 em internato complementar).

As despesas com os internatos gerais situavam-se no 7.734.900 patacas e as com os internatos complementares em 6.585.462 patacas. O internato médico iniciou-se em 1989 e, até 2010, foram formados, cumulativamente, 281 médicos no internato geral e 193 no internato complementar.

Estas análises de auditoria foram realizadas para se determinarem se as respectivas actividades poderiam ser melhoradas em termos de eficiência e eficácia e se o erário público investido está a ser aplicado de forma adequada. **H.A.**

SSM admitem necessidade de planeamento

"Há necessidade de elaborar um documento integral sobre o planeamento geral dos recursos humanos médicos", admitiram em comunicado, ao final da noite, os Serviços de Saúde de Macau (SSM). Segundo uma previsão dos Serviços, entre o próximo ano e 2010 vão ser precisos 406 médicos, tendo em conta os projectos do Edifício do Serviço de Urgência e Edifício de Especialidades do Hospital de Conde de São Januário, do Centro de Recuperação de Doenças Inteciosas, em Coloane, e do novo hospital nas Ilhas. Por outro lado, a fim de se adequar à necessidade de substituição de médicos aposentados no futuro, os SSM garantem já ter elaborado o plano preliminar de formação de 265 médicos especialistas, para o período compreendido entre 2011 e 2020. No comunicado é ainda admitido que o hospital Conde de São Januário "necessita de 153 médicos especialistas" e que "os médicos gerais nos centros de saúde são ligeiramente insuficientes". Quanto à revisão do diploma legal que regula os internatos, a ser revisito há nove anos, os SSM garantem que deve ser aprovado "o mais tardar no fim do corrente ano".